

## O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

*LINGUISTIC VARIATION TEACHING IN THE CLASSROOM: A COMPARISON BETWEEN THEORY AND PRACTICE*

**Maíra Ferreira Sant'Ana**

Universidade Federal de Viçosa

**Ariana de Carvalho**

Universidade Federal de Viçosa

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a concepção que (futuros) professores de Língua Portuguesa de uma Universidade Pública do interior de Minas Gerais têm do fenômeno da variação linguística em comparação com os apontamentos sobre variação trazidos pelos *PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)* de Língua Portuguesa. Para isto, foi realizada uma pesquisa com quinze alunos dos períodos finais do curso de Letras da mesma universidade por meio de um questionário aberto composto por seis perguntas. Os *PCN* correspondem a um documento oficial relevante e socialmente legitimado quanto ao objetivo de orientar os professores para sua prática. Segundo esse documento, a finalidade da educação escolar deve ser a de formar cidadãos críticos, para tanto, preconiza um ensino voltado para a valorização do patrimônio social brasileiro. Ademais, desenvolve uma orientação direcionada para o fenômeno da variação linguística, pois considera que o estudo desse fenômeno é essencial para a formação da consciência linguística e o desenvolvimento da competência discursiva do estudante. Concepção semelhante defende Bagno (2002), segundo o qual deve ser objetivo da aula de português fazer com que os alunos alcancem o processo de reflexão linguística. Os resultados sugerem que há certa incompatibilidade entre o depoimento dos professores em formação e o que está nos *PCN*.

**PALAVRAS-CHAVE:** variação linguística; futuros professores; *PCN* de Língua Portuguesa; concepção.

**ABSTRACT:** This study aims to identify the conceptions that (future) Portuguese Language teachers at a Public University at interior of Minas Gerais have about linguistic variation phenomenon compared to what *PCN* of Portuguese Language brings about linguistic variation. For this, it was made a research with fifteen Letras' course students of the final periods of the same university through an open questionnaire consisting of six questions. The *PCNs* a relevant official document and socially legitimized in relation to the objective of to guide teachers for their practice. According to this document, schooling purpose should be to form critics citizens, therefore, it advocates a teaching that valorize Brazilian social heritage. Moreover, it develops an orientation directed to the phenomenon of linguistic variation, because it considers that the study of this phenomenon is essential for linguistic awareness formation and development of discursive competence of the student. The same point of view is defended by Bagno (2002), according to him, it has to be Portuguese classes' objective to make the students to reach the process of linguistic reflection. The results suggest that there is an incompatibility between teachers in formation testimony and what is in the *PCN*.

**KEYWORDS:** linguistic variation; future teachers; *PCN* of Portuguese Language; conception.

## 1. Introdução

Ao se ter contato com o ensino da Língua Portuguesa em muitas escolas brasileiras, percebe-se que há uma grande diferença entre os dizeres dos *PCN* (*Parâmetros Curriculares Nacionais*) de Língua Portuguesa e o que de fato é trabalhado nestas escolas, apesar deste documento ser oficial, relevante e socialmente legitimado quanto ao objetivo de orientar os professores em sua prática. Conforme os *PCN*, o intuito da educação escolar deve ser formar cidadãos críticos, para isto, preconiza um ensino baseado na valorização do patrimônio social brasileiro. Além disso, este documento expõe uma orientação voltada para o fenômeno da variação linguística, uma vez que julga que o estudo desse fenômeno é fundamental para formação da consciência linguística e desenvolvimento da competência discursiva do estudante, já que este se encontra em um meio social marcado pela diversidade.

A presente pesquisa tem, pois, o objetivo de identificar as concepções que (futuros) professores de Língua Portuguesa de uma Universidade Pública do interior de Minas Gerais têm do fenômeno da variação linguística em comparação com os apontamentos sobre variação trazidos pelos *PCN* de Língua Portuguesa. Para alcançar tal finalidade, será realizada uma pesquisa com 15 (quinze) alunos do curso de Letras, estudantes do 7º ao 10º período, ou seja, dos períodos finais da mesma universidade, por meio de um questionário aberto composto por seis perguntas. Ademais, haverá uma discussão acerca dos apontamentos trazidos pelos *PCN* em relação ao ensino da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa e as discussões sobre este tema levantadas por Marcos Bagno (2002) e Adail Sobral (2011).

A relevância deste estudo se deve, principalmente, ao fato de verificarmos se os participantes, (futuros) professores de Língua Portuguesa, conhecem as diretrizes dos *PCN* e desenvolvem seu trabalho baseado nelas. A partir deste estudo, é possível que haja uma consciência social no que tange o ensino da Língua em pauta.

## 2. Variação linguística em foco: uma visão dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* de Língua Portuguesa

No início da década de 1980, conforme explanado em Brasil (1998), o ensino de Língua Portuguesa começou a adquirir nova roupagem no cenário educacional brasileiro, pois a tradição de abordagem normativa passou a ser questionada a partir da ampliação dos estudos em variação linguística e psicolinguística, o que levou ao desenvolvimento das áreas de Psicologia da Aprendizagem e Educação.

Esse novo panorama acarretou o surgimento de discussões mais aprofundadas sobre a finalidade e os conteúdos do ensino de língua materna. Essas discussões trouxeram à tona críticas, tais como a de que o ensino de língua, conforme era desenvolvido nas escolas, “pecava” por desconsiderar a realidade dos alunos, por valorizar excessivamente a gramática normativa em detrimento de modalidades não-padrão e por propor uma abordagem descontextualizada que se prestava à simples identificação de categorias linguísticas.

A prática de ensino de língua materna começou a ser revista e a língua a ser considerada como algo que varia no tempo e no espaço; essa nova forma de ver o objeto de ensino alcançou os órgãos públicos, principalmente, as várias secretarias de educação do país.

No cenário acima descrito, surgem os *Parâmetros Curriculares Nacionais* de Língua Portuguesa (doravante *PCM*) que correspondem a um documento norteador do ensino, elaborado pelo MEC em 1995 e distribuído nacionalmente em 1998; quanto a isso, ressalta-se que, segundo trecho do próprio documento, seu principal objetivo é

constituir-se como referência para as discussões curriculares da área – em curso há vários anos em muitos Estados e Municípios – e contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas (Brasil, 1998. p.13).

Pode-se ainda dizer que o documento visa a criar bases educacionais comuns em todo o país e a reorientar os currículos escolares, trazendo para esse contexto novas concepções de ensino, reorientando os responsáveis pela educação quanto a real função do ensino de língua materna, aos conteúdos que devem ser trabalhados, a fim de garantir, assim, práticas pedagógicas de maior qualidade e uma instituição escolar mais eficiente. Deste modo, corresponde, a nosso ver, a um documento oficial que ocupa lugar social legitimado e se mostra autorizado a explanar como a língua materna deve de fato ser ensinada, devendo ser visto, portanto, como relevante para a formação docente em todo o país, merecendo atenção quanto às suas principais propostas.

Logo ao início do documento, na passagem intitulada *Ao professor*, é evidenciado que tais parâmetros foram criados de modo a considerar as diversidades do país,

regionais, políticas e culturais, o que já mostra que ele preza o respeito à heterogeneidade e pluralidade, tão característicos de nossa nação. E complementa que, assim considerando, “pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p.5).

Parece nítido, com isso, que os *PCN* orientam que o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa deva ser o de formar cidadãos. Cidadão, como o próprio termo já sugere, diz respeito ao indivíduo que está apto a exercer direitos e deveres cabíveis a ele, aquele capaz de desenvolver uma ativa participação social e política. Para isso, é fundamental que o educando seja visto como um ser social e que tome conhecimento da realidade que de fato marca seu país, o qual, no caso, é nitidamente heterogêneo; esses apontamentos ficam claros nos trechos expressos em *objetivo do ensino fundamental*:

[o cidadão deve] conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio brasileiro [...] posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1998, p.7).

A língua, como identidade do povo brasileiro, não escapa a essa marca de heterogeneidade. Reconhecê-la em sua realidade, enquanto organismo vivo, que varia e muda no tempo e no espaço, é crucial ao educando que se forma enquanto cidadão. O domínio da língua é, sem dúvida, uma das condições para a atuação do sujeito na esfera social.

Observa-se que um ensino restrito à abordagem da língua padrão, que se encerra na apresentação de regras gramaticais e análises de elocuições descontextualizadas, negando a variação da língua, não se mostra efetivo na atividade de formar sujeitos cidadãos, mesmo porque:

não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão da língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática... (BRASIL, 1998, p. 31).

Os *PCN* consideram a variação como elemento constitutivo das línguas humanas e que sempre existirá por mais que se tente normatizá-las; a Língua Portuguesa, não sendo diferente, tem sua unidade nas muitas variedades que a compõem e o ensino deve

orientar-se de modo a abarcar um trabalho com tais variedades. O estudante deve ser visto como um ser social que necessita interagir nas mais diversas situações e contextos, para isso, é fundamental que seja levado a reconhecer as variedades da língua e a questão da adaptação desta aos diversos contextos comunicativos, percebendo que a questão não é de erro, mas de adequação às situações de uso.

Nos trechos que tratam especificamente dos *objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental*, há dois itens que, segundo o documento, a escola deve possibilitar ao aluno:

Item 4: -conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico (BRASIL, 1998, p.33).

Item 5: -reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades (BRASIL, 1998, p.33).

Os itens acima mencionados enfatizam a importância de se reconhecer e valorizar as modalidades não padrão da língua e de dizer não ao preconceito linguístico, fato que demonstra que os *PCN* reconhecem a realidade que marca o cenário brasileiro, um cenário de estratificação, diversidade e desigualdade social. Também nota-se a orientação para que o educador respeite a linguagem do grupo social ao qual o aluno pertence, ou seja, ele deve partir do uso dos alunos para ensinar novas habilidades linguísticas, especialmente no caso daquelas habilidades relacionadas aos padrões da escrita (Brasil, 1998).

Preocupado em orientar de forma mais eficiente os professores, os *PCN* trazem ainda propostas de atividades que permitem explorar e trabalhar melhor a variação linguística em sala de aula. Nem é preciso salientar que tais propostas deveriam ser conhecidas pelos professores, inclusive por aqueles que estão ainda em formação nas universidades e faculdades do país. Na proposição de tais atividades, nota-se que os *PCN* chamam atenção para a importância do trabalho com a modalidade oral da língua, que geralmente é a mais deixada à margem nas aulas tradicionais de língua portuguesa, que colocam a escrita como superior à oralidade no ensino de língua materna e contribui para mais uma vez alimentar o preconceito linguístico, pois não consideram que:

é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana (BRASIL, 1998, p. 82).

Para que ocorra o que foi acima descrito é fundamental que o professor desenvolva com seus alunos um trabalho eficiente com a questão da variação linguística, já que ela tem papel fundamental na consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva deles.

### **3. As teorias linguísticas *versus* o ensino de língua nas escolas**

Marcos Bagno (2002) ressalta que a introdução de teorias linguísticas nas instituições de ensino superior no Brasil tem modificado as formas de ver o ensino de línguas nas escolas fundamental e média. Segundo este autor, as arcaicas concepções e prescrições da gramática passaram por uma crítica e, assim, alguns pontos foram revistos e reformulados. Ele afirma que as disciplinas que apareceram dentro do campo maior da linguística expandiram o objeto dos estudos da linguagem. Conforme Bagno (2002):

(...) o tradicional exame da “língua em si” (...) deixou de ser o foco exclusivo das investigações científicas da linguagem, que têm se lançado cada vez mais na busca da compreensão dos fenômenos da interação social por meio da linguagem, da relação entre língua e sociedade, da aquisição da língua pela criança, dos processos envolvidos no ensino formal da língua, do controle social exercido pelas ideologias veiculadas no discurso etc. (p.14).

Desta maneira, percebe-se que as investigações científicas acerca da linguagem deixaram de priorizar exclusivamente o estudo da gramática da frase e reconheceram a importância de um estudo da língua mais voltado para seu uso, para o social.

Corroborando com esta perspectiva, Adail Sobral (2011) defende uma concepção discursiva da língua, de característica pragmática, a qual se opõe a uma compreensão linguística estrita. Ele destaca que o problema da gramática, da língua e de suas variações reside no fato de alguns teóricos e práticos se sentirem especialistas e se comportarem como os únicos portadores de respostas que podem ser aceitas. Sobral defende:

(...) língua, para além dos aspectos formais, dos métodos de ensino etc., envolve identidade, capacidade de exprimir-se, de reivindicar, de assumir posição, de tornar-se sujeito, enfim, não podendo ser reduzida a um de seus aspectos constitutivos (SOBRAL, 2011, p. 20).

De acordo com Bagno (2002), a concepção de língua como atividade social, cujas normas progridem de acordo com os mecanismos de auto-regulação dos sujeitos, em suas interações entre si e com a realidade, é contrária a uma concepção normativo-prescritiva. Contudo, este autor afirma que uma vasta literatura crítica tem demonstrado que o ensino de língua na escola brasileira ainda objetiva “reformular” ou “consertar” a língua do aluno, encarando este como um “deficiente linguístico”; ou seja, fora do contexto acadêmico-científico, na sala de aula de muitas escolas brasileiras, as práticas pedagógicas ainda estão distantes das novas perspectivas de abordagem do fenômeno da linguagem, apesar de já fazerem parte, há algum tempo, de diretrizes oficiais de educação, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (MEC, 1998).

Segundo Bagno (2002), ao invés das escolas terem como objetivo

“ensinar português”, elas, de maneira obsessiva, se ocupam em ensinar uma nomenclatura tradicional. Desta forma, “em vez de ensinar/estudar um universo enorme e rico, que é a língua portuguesa, a escola se dedica quase exclusivamente a ensinar um pedacinho ínfimo e miserável desse universo” (BAGNO, 2002, p. 50).

Assim sendo, há uma desvalorização da língua portuguesa, a qual é ocasionada pelo reducionismo que impera durante o seu ensino/estudo. Para Bagno (2002), a concepção tradicional de norma culta resulta em uma sucessão de reduções, pois primeiramente se reduz “língua” a “norma (cult)” e, posteriormente se reduz a “norma (cult)” a “gramática”. Conforme o autor supracitado, é devido a esta noção de língua que existe uma acentuada distância entre as regras gramaticais descritas e prescritas pela norma padrão tradicional e o uso real da língua.

Sobral (2011) revela que adotar o uso de certas categorias como o “certo” e o “errado” é problemático, visto que gera uma exclusão, já que os que utilizam o dito “errado” não conseguem sair desta situação por si, uma vez que esta envolve um problema social, sendo assim, estes são considerados inferiores. Os usuários do dito “certo”, por sua vez, podem sentir-se na condição de ditar o que é permitido e não é, ou o que é permitido dizer ou não. De acordo com Sobral (2011), estas categorias estáticas “são infiéis ao dinamismo da linguagem” (p. 21).

Corroborando com esta ideia, Bagno (2002) afirma que pretender conservar, prescrever e cobrar apenas um padrão linguístico, aristocrático e arcaico é um comportamento que se opõe fortemente a dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. De acordo com Bagno (2002), estas concepções de “certo” e “errado” na língua se baseiam em modos de ver o mundo pré-científicas e em estruturas sociais baseadas em sistemas aristocráticos, como ocorria na sociedade grega, na Antiguidade

clássica, quando surgiu a Gramática Tradicional, e na sociedade Renascentista, quando uma elite se dedicou a normatizar as línguas nacionais europeias. Para Bagno (2002), “a Gramática Tradicional é um constructo intelectual que até hoje preserva uma ideologia feudal, aristocrática, anticientífica, autoritária, dogmática e inquisitorial” (p. 30).

Sobral (2011) revela que o problema não reside em ensinar ou deixar de ensinar o padrão, e sim em não considerar sua característica de classe e a realidade de que conhecê-lo profundamente não acarreta, necessariamente, em oportunidades de ascensão social. Ele defende que não devemos nos arriscar em criar uma língua artificial em prol de uma considerada “boa expressão”. Bagno (2002) sugere uma revisão crítica da norma padrão, a fim de que ela, como referência, esteja menos distante da realidade linguística culta falada e escrita atualmente no Brasil. De acordo com Sobral (2011), conhecer a(s) variedade(s) de prestígio, sem ter uma atitude preconceituosa em relação às outras, pode contribuir para uma melhoria social. Para ele, respeitar as variedades de menos prestígio e facilitar o acesso das pessoas a variedades detentoras de maior prestígio é benéfico, pois contribui para a construção e para o estabelecimento de uma identidade nacional, além da cidadania. Com esta mesma perspectiva, Bagno (2002) propõe:

Me parece muito mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de *todas as variedades sociolinguísticas*, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 32).

Sobral (2011) destaca que na prática se opta, geralmente, pela variedade padrão para lecionar LE, o que, para ele, não é um equívoco, pois esta “língua comum” compõe a base da qual a variação é proveniente. Segundo este autor, o equívoco consistiria em desconsiderar todas as outras variedades no ensino. Sobral alega:

(...) em tempos de inclusão, devemos, sem paternalismos nem autoritarismos, promovê-la de todas as maneiras possíveis. E uma profícua maneira é, a nosso ver, utilizar para o ensino de línguas todos os materiais possíveis que promovam a exploração da variação em meio à unidade, ao núcleo básico que cria uma língua comum” (SOBRAL, 2011, p.44).

Conforme Sobral (2011), há na língua uma interdependência de forças centrífugas, que se distanciam do centro comum, e forças centrípetas, que dele se avizinham, contudo, não há uma relação de oposição entre elas, e sim de “articulação dialética”, de

“inter-relação fecundante”. Ademais, ressalta que a unidade também apresenta um dinamismo, pois a norma modifica com o tempo e em diferentes contextos. Desta maneira, para Sobral (2011), “(...) se abandonar a unidade destruiria a estrutura social, recusar a diversidade empobreceria em muito a língua” (p. 22). Bagno (2002) propõe um ensino de língua que tenha como intuito promover um letramento, cada vez mais elevado, no aluno, ou seja, aperfeiçoar um conjunto de habilidades e comportamentos que lhe possibilitem realizar, de maneira eficiente, a leitura e a escrita. Ademais, este autor destaca a necessidade de o professor de língua discutir com seus alunos os valores sociais atribuídos a cada variedade linguística. Para Bagno:

O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade- é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística (BAGNO, 2002, p.80).

Assim sendo, percebe-se que a partir do momento em que for objetivo das aulas de língua portuguesa nas escolas estimular um letramento em seus alunos, tornando possível para estes a inserção e o engajamento em diferentes contextos sociais, o processo de ensino/aprendizado será muito mais significativo e originará resultados mais satisfatórios.

## **4. A concepção dos professores em formação sobre variação linguística**

### **4.1. Participantes**

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar a concepção que (futuros) professores de Língua Portuguesa de uma Universidade Pública do interior de Minas Gerais têm do fenômeno da variação linguística em comparação com os apontamentos sobre variação trazidos pelos *PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)* de Língua Portuguesa. Para alcançar tal propósito, foram entrevistados, por meio de um questionário aberto composto por 6 (seis) perguntas, 15 (quinze) alunos do 7º ao 10º período, ou seja, estudantes dos períodos finais do curso de Letras. A tabela (I) traz o pseudônimo dos participantes, a habilitação que eles cursam, o período do curso em que

eles se encontram, se o participante já leciona ou não, e, se sim, qual disciplina e para qual nível.

<b>Participantes</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Período</b>	<b>Leciona</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Nível</b>
<b>1. José</b>	Português/Literatura	7°	Sim	Reforço- Língua Portuguesa/Redação	Ensino Fundamental
<b>2. Marcos</b>	Português/Literatura	8°	Não	-	-
<b>3. Wander</b>	Português/Literatura	8°	Não	-	-
<b>4. Noemi</b>	Português/ Inglês	8°	Não	-	-
<b>5. Daniela</b>	Português/ Literatura	8°	Sim	Literatura	Ensino Médio
<b>6. Juliana</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Nível 1
<b>7. Nicole</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Nível 2
<b>8. Eliane</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Nível 2
<b>9. Brenda</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Básico, Intermediário e Pré-Avançado
<b>10. Thiago</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Intermediário e Avançado
<b>11. Janaina</b>	Português/ Inglês	8°	Sim	Inglês	Todos
<b>12. Fabiana</b>	Português/ Inglês	9°	Sim	Inglês Português/Redação	Inglês: beginners, teenagers, adults  Português/Redação: Ensino Médio
<b>13. Bernadete</b>	Português/ Inglês	9°	Sim	Inglês	Intermediário

<b>14. Sara</b>	Português/ Inglês	10°	Não	-	-
<b>15. Bianca</b>	Português/ Inglês	10°	Sim	Português/ Inglês	Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II

Tabela (I)- Dados sobre os participantes

As características pessoais supracitadas foram obtidas por meio de um questionário aberto, o qual se encontra em anexo, nas páginas finais deste artigo.

Conforme pode ser percebido na tabela (I), apesar de muitos estudantes cursarem dupla habilitação, Português/Inglês, a maioria deles leciona Língua Inglesa. Contudo, este fato não compromete esta pesquisa, uma vez que objetiva-se averiguar a concepção de (futuros) professores de Língua Portuguesa acerca do fenômeno da variação linguística, e como os participantes cursam dupla habilitação, eles podem vir a lecionar a Língua Portuguesa. Além disso, mesmo ensinando Língua Inglesa, é necessário ter conhecimento acerca destas variações.

#### **4.2. Análise do questionário**

Os dados obtidos, por meio de um questionário aberto composto por seis perguntas, foram analisados qualitativamente.

Em relação à primeira pergunta, “1. Em sua opinião, qual deve ser o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa? Por quê?” Em um total de 15 (quinze) entrevistados, 9 (nove) afirmaram que o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa deve ser ensinar, também, as variedades linguísticas. De acordo com Juliana, por exemplo, deve-se “ensinar os alunos as variações linguísticas e a norma culta da Língua Portuguesa, e ensinar que não existe certo nem errado. Porque assim o aluno fica mais consciente”. Para Nicole, é necessário “ensinar a norma culta e as variações linguísticas, para que o aluno seja consciente sobre como escrever de acordo com o contexto, ou seja, ensinar o uso da língua adequado para cada situação”.

Por outro lado, para 3 (três) participantes, o objetivo das aulas de Língua Portuguesa deve ser o ensino de um padrão, que é estabelecido por meio de normas, as

quais se encontram na *Gramática Normativa*, revelando uma preferência pela abordagem tradicional. Conforme José:

Faz-se necessário obter uma linguagem que seja comum aos falantes, a fim de que a compreensão possa ser melhor. Se cada um escrever como fala, por exemplo, a comunicação seria prejudicada. A língua falada e a escrita precisa de um padrão que facilite, então, a compreensão.

Corroborando com esta ideia, Thiago defende que o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa deve ser:

Dar ao aluno os parâmetros necessários para que ele domine o uso da norma padrão da Língua Portuguesa. Isto é essencial para que o estudante possa lidar com qualquer contexto comunicativo, ganhando plena capacidade de interação social.

Sendo assim, de acordo com o participante acima, as aulas de Língua Portuguesa devem priorizar o ensino de normas, pois ele acredita que estas possibilitarão a comunicação eficaz do falante em “qualquer contexto comunicativo”. Nesta mesma perspectiva, Daniela diz: “Acredito que a aula deve ensinar os aspectos formais (gramática) relacionando-os com o uso”. Há 1 (um) participante, Noemi, que não deixa explícito a questão da norma padrão e das variedades em sua resposta:

Na minha opinião, o principal objetivo da aula de Língua Portuguesa deveria ser a Literatura e a compreensão textual, acredito que através destes estudos os alunos de língua portuguesa irão aprender e compreender melhor os textos, inclusive para assim produzi-los com uma melhor competência.

Apenas 1 (um) participante não respondeu nada e 1 (um) participante assumiu: “Não sei qual deve ser o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa. Não almejo lecioná-la”. Concernente à segunda pergunta, “2. O que você entende por variação linguística?”, em um total de 15 (quinze) participantes, 9 (nove) demonstraram ter um conhecimento sobre o assunto. Dentre estes, 3 (três) responderam que a variação linguística é “a adequação do uso da língua de acordo com o contexto” e 5 (cinco) disseram que variação linguística consiste em diferentes formas de uso de um idioma, como pode ser percebido na resposta de Thiago: é “as diferenças de uso de um mesmo idioma de acordo com o meio em que este é usado, ou as alterações que podem ser

notadas em um mesmo idioma de acordo com uma análise diacrônica”. Nesta perspectiva, Sara revela:

A variação linguística compreende os aspectos referentes aos diversos usos da língua, por meio de suas variantes e, principalmente em relação ao contexto em que os falantes se encontram inseridos, a sua adequação a este contexto.

Há 1 (um) participante, Wander, que fornece uma resposta bem explicativa, demonstrando um conhecimento teórico específico a respeito do tema em pauta:

Variação linguística é um processo natural ao qual estão sujeitas todas as línguas. Ela se dá por ação do tempo (diacrônica), por localização geográfica (diatópica), de acordo com a esfera social da qual faz parte o falante (diastrática) e também ocorre variação de acordo com o contexto de uso (diafásica).

Por outro lado, 5 (cinco) participantes forneceram respostas demasiadas generalistas, como a de Fabiana: variação linguística consiste em “várias formas de se comunicar, dependendo do lugar, do interlocutor, do tempo”, e a de Bianca: variação linguística é “a possibilidade de entendimento dos diferentes tipos de expressão”; ou até respostas confusas, como a de Noemi, em que ela diz que variação linguística consiste nas “diversas línguas/linguagens”. José demonstra um posicionamento um tanto quanto polêmico:

Em cada Estado ou até mesmo dentro de uma cidade onde temos o meio urbano e rural, há diferenças no uso da linguagem. Para muitos essa variação é tida como erro, porém é preciso pensar que a língua está em constante movimento, evoluindo. Dessa maneira, quem mora por exemplo no interior, ou tem menos acesso a instrução fica parado no tempo no que se refere a sua linguagem também.

Apenas 1 (um) participante não respondeu nada na segunda pergunta.

Quanto à terceira pergunta, “3. Você conhece a concepção que os *PCN* trazem sobre a maneira que a variação linguística deve ser abordada em sala de aula? Se sim, explique”, em um total de 15 (quinze) participantes, apenas 4 (quatro) disseram conhecer as propostas trazidas nos *PCN* acerca da variação linguística. Nicole afirma: “Me recordo de ler sobre adequação. Geralmente é trabalhado usando Gêneros”. Já Sara assevera: “Os *PCN* instruem que a norma culta deve ser priorizada no contexto escolar, mas não estou certa quanto à visão apresentada acerca da “tolerância”, ao respeito à linguagem original do aluno”. De acordo com Wander:

os *PCN* explicitam que o ensino da norma culta, ou padrão deve estar atrelado à noção da existência das demais variedades. Ou seja, o professor deve alertar aos alunos da existência de diversas “maneiras” de falar.

Segundo 1 (um) entrevistado, “de certa forma conheço alguma coisa. Mas, no momento não me lembro”. Em contrapartida, 9 (nove) dos entrevistados assumiram não conhecer a concepção contida nos *PCN* acerca da variação linguística. José respondeu: “Não. Infelizmente! Mas procurarei conhecer”. 2 (dois) dos entrevistados não responderam a esta pergunta.

Concernente à quarta pergunta, “4. Como você trabalha ou trabalharia a variação linguística em sala de aula?” em um total de 15 (quinze) participantes, 8 (oito) afirmaram que trabalhariam a variação linguística por meio dos gêneros textuais. Conforme Marcos:

Tentaria trazer textos de diversos gêneros em que os mesmos estariam escritos na norma culta e na linguagem coloquial. Por exemplo, quando estiver ministrando uma aula do aprendizado da norma culta, traria um texto jurídico, completamente formal. Já no trabalho com a linguagem coloquial, poderia ser uma história em quadrinho do “Chico Bento”, creio que estaria bem elucidado.

Corroborando com esta ideia, Nicole assevera: “Eu faria uso dos gêneros e de diferentes situações, formais e informais, para mostrar que a variação está diretamente ligada com adequação”. Por outro lado, 4 (quatro) dos participantes alegaram que trabalhariam a variação linguística de modo a desfazer os preconceitos linguísticos. Segundo Sara, por exemplo, ela trabalharia “sempre mostrando os diversos usos da linguagem e sua adequação ao contexto de uso. Desta forma, o aluno poderia desfazer o conceito de “errado” em relação às variantes regionais ou coloquiais, por exemplo”. Nesta perspectiva, Wander afirma:

Este é um tema que me desperta bastante interesse. Possivelmente, irei conscientizar os meus alunos de que existem as diferenças linguísticas e que o modo como eles falam é apenas uma das manifestações possíveis. Acredito que a conscientização a respeito das variedades linguísticas é o passo mais importante no combate ao preconceito linguístico.

Houve 1 (um) participante que não respondeu e 2 (dois) que disseram não saber como trabalhar a variação linguística.

Com relação à quinta pergunta, “5. Você gostaria de trabalhar de outra forma? Se sim, que dificuldades você encontra para trabalhar a variação linguística como gostaria?” 3 (três) dos participantes afirmaram que gostariam de trabalhar a variação

fazendo uso de gêneros, 3 (três) apenas disseram que gostariam de trabalhar de outra maneira, não forneceram mais explicações. 3 (três) participantes responderam que não gostariam de trabalhar de outra forma e 5 (cinco) deixaram a resposta em branco. Já 1 (um) aluno, Wander, alegou que trabalharia de forma a deixar explícito para o aluno de que este pode utilizar a sua variedade: “Eu gostaria de dizer aos meus alunos que a maneira que eles utilizam o português não precisa ser mudada na oralidade, mas que a escrita deve obedecer à uniformidade de padrão nacional”.

Concernente à sexta pergunta, “6. Que atividade(s) você acha mais adequada(s) e, portanto, desenvolveria com os alunos para trabalhar a questão da variação linguística?” Em um total de 15 (quinze) participantes, 9 (nove) alegaram que trabalhariam a variação linguística por meio de gêneros, como pode ser percebido na resposta de Marcos:

Como dito na questão 7, creio que trabalhar com textos de diversos gêneros, nas suas diversas variações linguísticas, é um bom meio de o aluno aprender essas variações, vendo e reconhecendo na prática a mesma.

Apenas 1 (um) dos participantes, José, revelou que trabalharia a variação linguística por meio da retextualização:

Gosto de retextualização. Mostrar aos alunos que mandioca, por exemplo, tem outro nome em determinados estados. Não sei compor bem a resposta, mas é isso. Gostaria de dar um texto para os alunos identificarem as palavras que são usadas para nomear determinadas coisas, mas que não servem para aquela mesma coisa em outras culturas.

2 (dois) deixaram a questão em branco, 2 (dois) não mencionaram atividades em sua resposta e 1 (um) alegou não saber.

## **5. Análise contrastiva entre a concepção dos (futuros) professores e os dizeres dos PCN**

Por meio do questionário aberto composto por seis perguntas, é possível perceber a concepção que os (quinze) entrevistados, (futuros) professores de Língua Portuguesa, têm sobre variação linguística e contrastar esta com a perspectiva defendida nos *PCN*.

Primeiramente, nota-se que quando os (futuros) professores de Língua Portuguesa são questionados sobre o principal objetivo das aulas de Língua Portuguesa, eles sempre

mencionam o ensino do padrão, mesmo os participantes que reconheceram, também, a importância do ensino das variedades linguísticas. Contudo, o que consta nos *PCN*, nos trechos que se referem especificamente aos *objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental*, é que deve-se reconhecer e valorizar as modalidades não padrão da língua e negar o preconceito linguístico, além de haver uma orientação para que o educador respeite a linguagem do grupo social ao qual o aluno pertence. Bagno (2002) também destaca que é muito mais interessante e democrático incentivar, nas aulas de língua, um conhecimento acerca de *todas as variedades sociolinguísticas*. Percebe-se, portanto, que a visão dos (futuros) professores entrevistados ainda está muito atrelada ao ensino da Gramática Normativa nas aulas de Língua Portuguesa, apesar de os *PCN* destacarem que a prioridade é o ensino das variedades linguísticas.

Posteriormente, com relação ao conhecimento que os participantes possuem acerca da variação linguística, a maioria deles demonstrou ter algum conhecimento sobre este tema. Para alguns, a variação linguística consiste em diferentes formas de uso de um idioma; para outros, é a adequação do uso da língua de acordo com o contexto. Houve um participante que afirmou ser este “um processo natural ao qual estão sujeitas todas as línguas”, perspectiva esta semelhante à dos *PCN*, visto que este documento considera a variação como elemento constitutivo das línguas humanas e que sempre existirá, por mais que se tente normatizá-las. Por outro lado, alguns participantes forneceram respostas demasiadas generalistas a respeito do que seja variação linguística, demonstrando, além de um desconhecimento sobre a variação propriamente dita, sobre, por exemplo, a diferença entre língua e linguagem, quando utiliza ambos como sinônimos: variação linguística consiste nas “diversas línguas/linguagens”.

Além disso, a grande maioria dos entrevistados demonstrou desconhecer a concepção que os *PCN* trazem sobre a maneira que a variação linguística deve ser abordada em sala de aula. A maioria dos participantes assumiu este desconhecimento e, apesar de quatro dos entrevistados terem afirmado conhecer esta concepção, três deles não demonstraram isto; um deles afirmou, por exemplo, que os *PCN* instruem que a norma culta deve ser priorizada no contexto escolar. No entanto, sabe-se que, de acordo com este documento, deve-se dar importância para o trabalho com a modalidade oral da língua, que geralmente é a mais deixada à margem nas aulas tradicionais de língua portuguesa, que colocam a escrita como superior à oralidade no ensino de língua materna e contribui para mais uma vez alimentar o preconceito linguístico.

Os participantes, quando interrogados como trabalham ou trabalhariam a variação linguística em sala de

aula, responderam somente como trabalhariam. A maioria afirmou que seria por meio de gêneros textuais. Houve também participantes que alegaram que trabalhariam a variação linguística de modo a desfazer os preconceitos linguísticos. Ademais, quando interrogados a respeito das atividades que acham mais adequada(s) e, portanto, desenvolveriam com os alunos para trabalhar a questão da variação linguística, responderam, em sua maioria, que consideram o estudo por meio de gêneros adequado. Houve apenas um aluno que revelou que trabalharia por meio da retextualização. Nos *PCN* consta que as variedades linguísticas devem ser trabalhadas de modo que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, compreenda que todas as variedades linguísticas “são legítimas e próprias da história e da cultura humana” (BRASIL, 1998, p. 82), ou seja, as variedades linguísticas devem ser trabalhadas de modo a desfazer o preconceito linguístico.

Bagno (2002) propõe um ensino de língua que tenha como intuito promover um letramento, cada vez mais elevado, no aluno, ou seja, aperfeiçoar um conjunto de habilidades e comportamentos que lhe possibilitem realizar, de maneira eficiente, a leitura e a escrita. Ademais, este autor destaca a necessidade de o professor de língua discutir com seus alunos os valores sociais atribuídos a cada variedade linguística. Alguns dos participantes, quando interrogados se gostariam de trabalhar de outra forma, revelam um desejo por ensinar as variedades por meio de gêneros, outros apenas afirmaram que gostariam de trabalhar de outra maneira, sem fornecer explicações. Por outro lado, alguns disseram que não gostariam de trabalhar de outra forma. Houve, nesta questão, um expressivo número de entrevistados que deixou a resposta em branco.

## 6. Considerações Finais

O presente estudo pretendeu, por meio de um questionário aberto composto por seis perguntas, verificar a concepção que (futuros) professores de Língua Portuguesa de uma Universidade Pública do interior de Minas Gerais possuem a respeito da variação linguística e comparar esta perspectiva com os apontamentos sobre variação contidos nos *PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)* de Língua Portuguesa.

Para alcançar tal propósito, foi realizada uma pesquisa com quinze alunos do 7º ao 10º período do curso de Letras, ou seja, estudantes dos períodos finais. Além disso, foram explicitados os apontamentos sobre variação linguística presentes nos *PCN* e a concepção de Marcos Bagno (2002) e Adail Sobral (2011) sobre

variação. Por meio da pesquisa, foi possível constatar que o principal objetivo das aulas de Língua Portuguesa para os (futuros) professores ainda é o ensino do padrão. Mesmo os participantes que reconheceram que as variedades linguísticas devem ser lecionadas, evidenciaram a importância de se ensinar o padrão, o que demonstra, corroborando com Bagno (2002), que fora do contexto acadêmico-científico, na sala de aula de muitas escolas brasileiras, as práticas pedagógicas ainda estão distantes das novas perspectivas de abordagem do fenômeno da linguagem, apesar de já fazerem parte dos *PCN*.

Além disso, percebe-se que a maioria dos participantes desconhece a concepção que os *PCN* trazem sobre a maneira que a variação linguística deve ser abordada em sala de aula, apesar de possuir conhecimento sobre as variedades, o que demonstra um desconhecimento acerca dos apontamentos trazidos neste documento, a despeito dele ser oficial, ocupar um lugar social legitimado e se mostrar autorizado a explicar como a língua materna deve de fato ser ensinada.

Os resultados sugerem que a maioria dos (futuros) professores de Língua Portuguesa entrevistados conhecem superficialmente o que é variedade linguística, e muitos deles desconhecem a concepção sobre este fenômeno contida nos *PCN*. Sendo assim, nota-se diferenças entre o depoimento de alguns professores em formação e o que se encontra neste documento, além de haver uma diferença entre as novas abordagens de ensino e as práticas pedagógicas dos mesmos. Sendo assim, é de suma importância que os *PCN* de Língua Portuguesa sejam mais discutidos nos cursos de formação e que haja uma conscientização dos profissionais da educação para que suas diretrizes sejam, de fato, seguidas nas práticas pedagógicas.

## 7. Referências

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO; GAGNÉ; STUBBS. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BRASIL/MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SOBRAL, Adail. Língua nacional, gramática, variação: algumas implicações para o ensino de línguas. In: *Linguística Aplicada: Reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira*. São Paulo: Pontes Editora, v.13, p.19-46, 2011.

## Anexo

### Questionário

Turma de Letras -habilitação: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

1- Você já leciona?

\_\_\_\_\_

2- Que disciplina você leciona?

\_\_\_\_\_

3- Para qual nível você leciona?

\_\_\_\_\_

4- Em sua opinião, qual deve ser o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5- O que você entende por variação linguística?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6- Você conhece a concepção que os *PCN* trazem sobre a maneira que a variação linguística deve ser abordada em sala de aula? Se sim, explique.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7- Como você trabalha a variação linguística em sala de aula?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8- Você gostaria de trabalhar de outra forma? Se sim, que dificuldades você encontra para trabalhar a variação linguística como gostaria?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9- Que atividade (s) você acha mais adequada (s) e, portanto, desenvolveria com os alunos para trabalhar a questão da variação linguística?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_